

RESENHA

GUARINELLO, NORBERTO L. *HISTÓRIA ANTIGA*. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2014. 173 p. ISBN: 978-85-7244-794-2.

*Caroline Morato Martins*¹

Diferentemente do que indica o título, Norberto Guarinello, professor de História Antiga da Universidade de São Paulo (USP), tem como objetivo central criticar e desconstruir a definição tradicional de Antiguidade. O autor pensa o sentido consolidado de História Antiga, especialmente sobre seu vínculo com uma História Universal e noções como a de progresso, nação e civilização ocidental. Outro objetivo central do autor é interpretar o Mediterrâneo entre os séculos X a.C e V a.C, fazendo uma ampla análise dos processos de integração nesse recorte espacial e temporal específico, que é tendência forte da historiografia atual.

O autor revê a ideia enraizada de História Antiga partindo de um conceito que é fundamental em seu livro, apresentado já no início e que ao fim une estes dois objetivos principais, concluindo sua análise: identidade coletiva. Desde o fim do século XVIII, mas principalmente no XIX, com a consolidação da história científica e da disciplina em si, a História ganha, como nos é apresentado de modo instigante pelo autor, um novo e importante lugar na produção da memória e identidade social. O autor lembra com muita pertinência a posição decisiva do Estado, o grande legitimador social nesse processo. Desse modo, Guarinello analisa criticamente a forma tradicional da História Antiga, pautada na perspectiva eurocêntrica e consolidada junto das ideias de civilização, nação e progresso.

No livro é desenvolvido um panorama da História Antiga desde o Renascimento até o século XX. Na análise do processo de integração do Mediterrâneo, o autor tem como conceito básico o “trabalho morto”. Tal noção, vinculada a análises marxistas, diz respeito a um processo de acumulação de conhecimentos ao longo do tempo, relacionados à agricultura e à produção de objetos, por exemplo.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2011-2015) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ (2013-2015); membro do Laboratório de Estudos do Império Romano da Universidade Federal de Ouro Preto (LEIR-UFOP).

Na análise do autor é notável a associação entre o processo de integração mediterrânea em tais séculos e a conjuntura moderna, especialmente o processo de globalização. Além disso, ele apresenta os principais debates da historiografia sobre a Antiguidade, como aquele entre modernistas e primitivistas, representado, sobretudo, pelos historiadores Rostovtzeff e Finley.

Com o questionamento das unidades históricas tradicionais originadas, sobretudo, no século XIX e exclusivamente no contexto europeu de afirmação da ideia de Estado-nação, o autor nos apresenta o atual momento da História Antiga, reivindicando a necessidade de análises que abarquem a diversidade das sociedades da Antiguidade, com painéis da integração econômica, política e cultural. Nesse sentido, no âmbito dos estudos mediterrânicos, o livro expressa forte diálogo com a obra de Nicholas Horden e Peregrine Purcell, *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History* (2000), apesar da interpretação de Guarinello não se aproximar de uma ecologia histórica, como tal obra propôs. O autor é completamente claro sobre sua interpretação do Mediterrâneo: espaço onde uma progressiva integração histórica vinculou comunidades diversificadas, produzindo sistemas sociais que se complexificavam, principalmente devido ao trabalho morto acumulado.

Assim, capítulos em sequência do livro trazem sínteses que visam descrever tal processo de integração. Os capítulos mantêm um sentido cronológico e espacial na análise do mundo mediterrâneo: “Navegações”, “Cidades-Estados”, “Hegemonias”, “O imperialismo romano”, “O Império” e “Antiguidade Tardia”. Iniciando então no século X, após a queda dos sistemas palacianos, o autor indica uma reintegração do Mediterrâneo, marcada pela produção do ferro, escrita alfabética e maior capacidade de navios, sendo a navegação de maior porte fundamental para a conexão e circulação entre comunidades e mercadorias. Já no século VI, o autor nos apresenta um novo elemento fundamental na integração mediterrânea: a cidade-estado. Com o surgimento da pólis, tipo de comunidade mais bem delineada, ocorrem transformações definidoras, como a ampliação do direito à propriedade privada para todos os habitantes, que impôs fronteiras mais claras entre os membros das comunidades e também frente aos estrangeiros. O fechamento das pólis e a competição ocasionou o investimento por parte das cidades na expansão de seus

territórios, com o objetivo específico de resolver conflitos internos. Com isto, entre os séculos V e II a.C. emergem grandes centros de poder no Mediterrâneo, que transformam e definem o processo da integração. O Império é apresentado, desse modo, como resultado desse longo período de integração, com estruturas remanescentes dos séculos anteriores. Apesar do lugar estruturador das cidades, segundo o autor, não há de modo algum uma plena unificação da sociedade, o que leva à discussão sobre uma identidade romana. De acordo com a análise do autor, as tentativas de criação dessa identidade, assim como a presença dos exércitos nas províncias, apontam justamente para a instabilidade da unidade, mas confirma a posição do Estado como principal administrador econômico do Império. Nesta interpretação, somente no século IV d.C. parece haver um momento de grandes mudanças no que se refere a esse problema específico, devido especialmente a uma divisão do Império, ampliação da influência militar e maior burocratização na administração, além da consolidação de uma identidade romana, delineamento da cultura pela cristianização e absorção no interior do Império de populações originárias de outros lugares.

Notamos a ênfase do autor na proposta em repensar os limites da História Antiga tradicional, e em sua justificativa sobre o recorte consciente escolhido. Apesar do controle sob o recorte mediterrânico, do qual o autor detém amplo conhecimento bibliográfico e leitura analítica das fontes, a exclusão de áreas - mesmo que de forma consciente - reconhecidas pelo próprio autor como fundamentais para compreensão do próprio Mediterrâneo e sua integração, talvez confirme o enraizamento a esta História tradicional que tenta refutar. A análise pautada em centros de poderes específicos e legitimados pela historiografia tradicional, ainda que reconhecidas as exclusões, sugere dúvidas. Tais escolhas podem tanto indicar continuidades dessa História Antiga tradicional, como podem “apenas” ser consequência do ofício do historiador, que precisa e deve selecionar e delimitar um recorte para análise.